Grupo de Trabalho Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades

Guião de Votações Iniciativas Legislativas Pacote Arrendamento

TEMAS	**PJL 852 (PEV)** ***(baixou sem votação)***
OBJETO	Artigo 1º. (Objeto) A presente Lei procede à revogação da Lei nº. 31/2012, de 14 de agosto, que alterou o Regime Jurídico do Arrendamento Urbano.
NORMA REVOGATÓRIA	Artigo 2º. (Revogação) 1 - É revogada a Lei 31/2012, de 14 de agosto, que procedeu à revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano. 2 – São igualmente revogadas todas as normas que decorram da vigência da Lei 31/2012, de 14 de agosto, com exceção do artigo 2º. da Lei 79/2014, de 19 de dezembro e do artigo artigo 5º. da Lei 43/2017, de 14 de junho, que alteraram várias disposições do Código Civil, bem como dos seguintes diplomas: a) Decreto-Lei 157/2006, de 8 de agosto, que procede à aprovação do Regime Jurídico das Obras em Prédios Arrendados; b) Lei 42/2017, de 14 de junho, que reconhece e protege os estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social;
ATUALIZAÇÃO DE RENDAS	Artigo 3º. (Suspensão da atualização anual de rendas) Independemente do tipo de contrato, fica suspensa qualquer atualização anual das rendas.
ENTRADA EM VIGOR	Artigo 4º. (Entrada em vigor) A presente Lei entra em vigor 8 dias após a sua publicação.
TÍTULO	**Revoga a Lei nº 31/2012 de 14 de agosto** **(Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano)**
VOTAÇÃO	**Contra** **Abstenção** **A favor**